

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL	27
1. Indivíduo, sociedade, nação, cidadão, Estado e governo	29
2. Teoria da Constituição	29
3. Constitucionalismo	32
4. Conceito e classificação das Constituições	33
5. Do poder constituinte: originário, derivado e decorrente	33
6. Princípios constitucionais	33
7. Da interpretação e aplicabilidade da norma constitucional Constitucionalização do direito	37
8. Do controle de constitucionalidade	38
9. Dos princípios fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil	51
10. Dos direitos e garantias fundamentais Histórico Conceito e distinção Classificação Funções Aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas Garantias constitucionais Deveres fundamentais e deveres constitucionais Âmbito de proteção dos direitos fundamentais e núcleo essencial	57
11. Da organização do Estado brasileiro	64
12. Da organização dos Poderes	71
13. Do Ministério Público: organização, princípios, funções, garantias e vedações As Leis Orgânicas do Ministério Público: Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n 8.625/93), Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar Federal n 75/93), Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais	81
14. Da defesa do Estado e das instituições democráticas	90
15. Jurisdição constitucional Histórico Modelos Controle constitucional e critérios de valoração das disposições legislativas e constitucionais	91
16. O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o STF (Lei Federal n 9.868/99)	92

17. O processo de julgamento das ADIns e ADCs perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais	92
18. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei Federal n 9.882/99)	93
19. O processo de reclamação (Regimento Interno do STF)	93
20. Controle de convencionalidade	93
21. Constituição da República Federativa do Brasil até a Emenda Constitucional n 95 .	93
22. Da organização do Estado de Minas Gerais, com destaque para a organização dos Poderes (Constituição do Estado de Minas Gerais)	98
23. Súmulas Vinculantes Precedentes constitucionais Transconstitucionalismo e Constituição transversal	103
24. Da Saúde	104
DIREITO ELEITORAL	107
1. Lei n° 4.737/1965 e atualizações legislativas ocorridas até a data da publicação do presente edital	107
2. Lei Complementar n° 64/1990 e atualizações legislativas ocorridas até a data da publicação do presente edital	107
3. Lei 9.096/95 e atualizações legislativas ocorridas até a data de publicação do presente edital Lei n° 9.504/1997 e atualizações legislativas ocorridas até a data da publicação do presente edital	108
4. Lei n 11.300/2006	111
5. Lei n 12.034/2009	111
6. Lei n 12.891/2013	111
7. Lei n 13.165/2016	111
8. Crimes Eleitorais	111
9. Processo Penal Eleitoral	112
10. Ministério Público Eleitoral: legitimidade, funções, preferências e impedimentos	112
DIREITO ADMINISTRATIVO	115
1. O direito fundamental à boa administração	117
2. Supremacia do interesse público e direitos fundamentais	117

SUMÁRIO

3. O Direito administrativo e suas fontes	117
4. Administração Pública: conceito; elementos; Poderes do Estado; organização política e administrativa do Estado; administração pública e governo; entidades políticas e administrativas; órgãos e agentes públicos; natureza e fins da administração pública	117
5. Privatização, descentralização e publicização de prestação de serviços	119
6. Administração indireta: autarquias, fundações públicas; empresas públicas e de economia mista; agências executivas e reguladoras; consórcio público; contratos de gestão	119
7. Servidores públicos	119
8. Princípios da administração pública e princípios de direito administrativo	125
9. Poderes e deveres da administração pública	127
10. Atos administrativos e atividade administrativa	133
11. Processo e procedimento administrativo	134
12. Contratos administrativos	138
13. Licitação, Serviços públicos, Obra pública e regime diferenciado de contratação (Lei Federal n 8.666/1993, Lei Federal n 8.987/1995, Decreto Federal n 7.892/2013, Lei Estadual n 14.167/2002, Lei Estadual n 13.994/2001, Lei Estadual n 13.209/1999, Lei Federal n 12.187/2009 e Decreto Estadual n 45.229/2009)	140
14. Parceria público-privada	145
15. Direito regulatório; regime jurídico das concessões e permissões do serviço público	148
16. Intervenção do Estado no domínio econômico e social	149
17. Restrições do Estado sobre a propriedade privada: tombamento, servidões administrativas e desapropriação	149
18. Bens públicos, bens fundamentais e patrimônio público (acervo, formação, afetação e direitos)	151
19. Controles da administração pública e a luta contra as imunidades do poder; tipos de controle; controles preventivos	153
20. Improbidade administrativa, corrupção, atos lesivos à administração pública, responsabilização individual e coletiva (Leis 4.717/65; 8.429/92; 12.846/13)	155
21. Tratados internacionais de combate à corrupção	165
22. Responsabilidade administrativa por infrações	165

23. Responsabilidade civil do Estado	165
24. Prescrição e decadência	168
25. Administração pública, boa governança (nacional/internacional) e accountability ...	168
DIREITO TRIBUTÁRIO	169
1. Tributo: conceito e espécies	170
2. Competência tributária	172
3. Limitações constitucionais ao poder de tributar: princípios, imunidades, remissões e isenções Renúncia fiscal e benefício fiscal	172
4. Legislação tributária: conteúdo, vigência, aplicação, interpretação e integração	174
5. Obrigação tributária: fato gerador, sujeição ativa e passiva, solidariedade	175
6. Capacidade tributária e domicílio tributário	177
7. Responsabilidade tributária: dos sucessores, de terceiros e por infrações	177
8. Crédito tributário: lançamento, suspensão, extinção, exclusão	177
9. Garantias e privilégios do crédito Tributário	179
10. Administração tributária: fiscalização, dívida ativa e certidões negativas	179
11. Lei de Orçamento (Lei no 4.320/1964)	179
12. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar no 101/2000)	180
13. Sigilo bancário (Lei Complementar 105/2001)	182
14. Abertura de créditos e assunção de empréstimos pela Administração pública ...	182
DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA	183
1. Abolicionismo, direito penal mínimo e direito penal máximo	187
2. Fundamentos e limitações do direito de punir	188
3. Princípios penais fundamentais	192
4. Escolas Penais	193
5. Teoria da Norma	193
6. Interpretação e integração da lei penal	193
7. Âmbito de validade temporal e espacial de lei penal	193
8. Aplicação da lei penal	195
9. Conflito aparente de normas	195

SUMÁRIO

10. Evolução histórica da teoria do crime	195
11. Conceito de crime	197
12. Os principais sistemas da teoria do delito: sistemas causais e finalista; teoria social da ação; funcionalismo	199
13. Teoria da conduta: Ação e Omissão	199
14. Teoria do tipo Penal	200
15. Tipos dolosos e tipos culposos	205
16. Relação de causalidade	205
17. Teoria da imputação objetiva	205
18. Ilícitude e causas de exclusão	205
19. Culpabilidade e suas dirimentes	209
20. Consumação e tentativa	209
21. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	209
22. Crime impossível	209
23. Agravação pelo resultado	209
24. Erro de tipo e erro de proibição	209
25. Concurso de pessoas	214
26. Penas e medidas de segurança	215
27. Aplicação das penas e regimes penitenciários	218
28. Limite das penas	220
29. Execução penal	220
30. Concurso de crimes	220
31. Crimes aberrantes	220
32. Suspensão condicional da pena	221
33. Livramento condicional	221
34. Efeitos da Condenação	221
35. Reabilitação	221
36. Teoria da ação penal	221
37. Extinção da punibilidade	223
38. Crimes contra pessoa	231

39. Crimes contra o patrimônio	232
40. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos	233
41. Crimes contra a dignidade sexual	233
42. Crimes contra a família	234
43. Crimes contra a incolumidade pública	234
44. Crimes contra a paz pública	234
45. Crimes contra a fé pública	235
46. Crimes contra a administração pública	235
47. Criminologia: Áreas de estudo do criminólogo; Principais Teorias; Principais Síndromes	236
48. Aspectos penais dos seguintes textos normativos: Constituição da República Federativa do Brasil; Leis: 4737/1965; 4898/1965; 7210/1984; 7716/1989; 8069/1990; 8072/1990; 8078/1990; 8137/1990; 8176/1991; 9099/1995; 9455/1997; 9503/1997; 9605/98*; 9613/1998; 9807/1999; 10671/2003; 10741/2003; 10826/2003; 11101/2005; 11105/2005; 11340/2006; 11343/2006; 12694/2012; 12850/2013; 12984/2014; 13260/2016; 13344/2016; Decreto-Lei: 3688/1941; Decreto-Lei: 201/1967	239
DIREITO PROCESSUAL PENAL	255
1. Norma processual penal	259
2. Fontes do direito processual penal	259
3. Princípios constitucionais e infraconstitucionais	259
4. Interpretação e integração	261
5. A lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas	261
6. Teoria geral do processo penal e sistemas processuais	261
7. Processo Penal Constitucional	261
8. Investigação criminal	261
9. Ação Penal	266
10. Ação civil <i>ex delicto</i>	270
11. Jurisdição e competência	270
12. Sujeitos processuais	276
13. Prisão e liberdade provisória	276

SUMÁRIO

14. Cautelares no Processo Penal	279
15. Questões e procedimentos incidentes	281
16. Comunicação dos atos processuais	289
17. Provas	290
18. Prazos processuais	301
19. Sentença e provimentos judiciais	301
20. Coisa julgada	303
21. Processo e procedimentos em espécie	303
22. Nulidades	313
23. Recursos	315
24. Ações autônomas de impugnação – revisão criminal, habeas corpus e mandado de segurança criminal	321
25. Execução penal	322
26. Aspectos processuais penais dos seguintes textos normativos: Constituição da República Federativa do Brasil e Emendas Constitucionais posteriores à sua edição; Dec.-Lei 2.848/1940 (CP); Dec.-Lei 3.689/1941, redação em vigor (CPP); Dec.-Lei 1.002/1969, redação em vigor (CPPM); Lei 13.367/2016, redação em vigor (Comissões Parlamentares de Inquérito); Lei 11.101/2005 (recuperações judicial e extrajudicial e falência); Lei 4.737/1965 (Código Eleitoral); Lei 4.878/1965, Lei 5.256/1967 e Lei 5.350/1967 (prisão especial); Lei 4.898/1965 e Lei 5.249/1967 (abuso de autoridade); Dec.-Lei 201/1967 (responsabilidade de prefeitos e vereadores); Lei 7.716/1989 (preconceitos de raça ou de cor); Lei 7.960/1989 (prisão temporária); Lei 8.038/1990 e Lei 8.658/1993 (procedimentos nos tribunais); Lei 8.069/1990(ECA); Lei 8.072/1990 (crimes hediondos); Lei 8.078/1990 (consumidor); Lei 8.137/90 (ordem econômica e tributária); Lei 8176/1991 (Ordem Econômica); Dec 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos); Lei 12694/2012 e Lei 12850/2013 (organizações criminosas); Leis 9.099/1995, 10.259/2001 e 11.313/2006 (juizados especiais criminais); Lei 9.296/1996 (interceptação telefônica); Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei 9.455/1997 (tortura); Lei 9.605/1998 (meio ambiente); Leis 9.613/1998 e 12683/2012 (lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores); Lei 9.807/1999 (proteção a vítimas e testemunhas); Lei 12.037/2009 (identificação criminal); Lei Complementar 105/2001 (sigilo das operações financeiras); Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); Lei 10.826/2003 (armas de fogo e munição); Lei 10.886/2004 (violência doméstica); Lei 11.340/2006 (violência contra mulher); Lei 11.419/2006 (informatização do processo judicial); Lei 11.343/2006 (Tóxicos); Lei 11.417/2007 (Súmula Vinculante); Resolução	

CNMP nº 181, de 07 de agosto de 2017, alterada pela Resolução CNMP nº 183, de 24 de janeiro de 2018 (procedimento investigatório criminal);	323
27. Resolução CNMP nº 181, de 07 de agosto de 2017, alterada pela Resolução CNMP nº 183, de 24 de janeiro de 2018 (procedimento investigatório criminal)	344
28. Resolução CNJ nº 213, de 15 de outubro de 2015 (audiência de custódia)	346
DIREITO CIVIL	349
1. Das pessoas naturais	352
2. Da personalidade e da capacidade	353
3. Dos direitos da personalidade	355
4. Da ausência	358
5. Do domicílio	359
6. Das pessoas jurídicas	359
7. Das associações	359
8. Das fundações	360
9. Das sociedades	361
10. Dos bens	361
11. Dos fatos, atos e negócios jurídicos	361
12. Dos defeitos dos atos jurídicos	367
13. Da forma dos atos jurídicos e da sua prova	369
14. Dos atos ilícitos	369
15. Da prescrição e da decadência	369
16. Da responsabilidade civil	371
17. Da posse	373
18. Dos direitos reais	374
19. Da propriedade	376
20. Conceito moderno de propriedade	377
21. Do direito de família	377
22. Do direito das sucessões	388
23. Registros públicos	397

SUMÁRIO

24. Lei n 5.478/1968	397
25. Lei n 11.441/2007	397
26. Lei n 11.804/2008	397
27. Lei n 12.318/2010	397
28. Emenda Constitucional n 66/2010	397
29. Decreto-lei n 4.657/1942 (com a redação da Lei 12.376/2010)	397
30. Lei 8.069/1990	401
31. Lei 8.560/1992 (com a redação da Lei 12.004/2009)	402
32. Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária)	403
33. Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso)	404
34. Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da pessoa com deficiência)	404
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	407
1. Lei processual Interpretação das leis processuais	410
2. Princípios informativos do Direito Processual Civil	410
3. Jurisdição, ação, exceção e processo	411
4. Partes e procuradores Capacidade, deveres, responsabilidade, substituição, litisconsórcio e intervenção de terceiros	412
5. Ministério Público	416
6. Competência Modificações da competência Declaração de incompetência	417
7. Juiz Poderes, deveres e responsabilidade do juiz Impedimentos e suspeição	420
8. Atos processuais Forma Tempo e lugar Prazos Comunicações dos atos Nulidades Distribuição e registro Valor da causa	420
9. Processo e procedimento Disposições gerais Antecipação dos efeitos da tutela de mérito	422
10. Ritos processuais Petição inicial Resposta do réu Revelia Providências preliminares Julgamento conforme o estado do processo Provas Audiência Sentença, sentença liminar, coisa julgada e cumprimento da sentença	424
11. Processos nos tribunais e os meios de impugnação das decisões judiciais: ordem dos processos, processos e incidentes de competência originária Recursos	

Teoria Geral dos Recursos – Recursos em Espécie – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	434
12. Processo de Execução Disposições gerais Execução das obrigações de fazer e não fazer Execução por quantia certa contra devedor solvente Execução de prestação alimentícia Execução por quantia certa contra devedor insolvente Execução contra a Fazenda Pública	443
13. Embargos do devedor	443
14. Suspensão e extinção do processo de execução	443
15. Tutela Provisória Princípios Poder geral de cautela Produção antecipada de provas Alimentos provisionais Arrolamento de bens Justificação Posse provisória dos filhos Separação de corpos Regulamentação da guarda e do direito de visita dos filhos menores Alienação parental	443
16. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa Ações possessórias Ação de usucapião de terras particulares Inventário e partilha Arrolamento Embargos de terceiros Habilitação Restauração de autos Ação monitória	447
17. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária Disposições gerais Alienações judiciais Separação consensual Testamentos e codicilos Herança jacente Bens dos ausentes Curatela dos interditos Disposições comuns à tutela e à curatela Organização e fiscalização das fundações Especialização em hipoteca legal	450
18. Alimentos	450
19. Assistência judiciária	450
20. Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública.....	450
21. Mandado de segurança (individual e coletivo) Mandado de Injunção	451
22. Ação Civil Pública Ritos e Medidas antecipatórias na proteção da probidade administrativa, patrimônio público e meio ambiente Ação de ressarcimento ao erário Ação Popular Habeas Data	453
23. Processo Judicial Eletrônico Lei de Informatização do Processo Judicial (Lei 11.419/2006 e Resolução 780/2014 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais) ..	456
24. Lei de mediação e arbitragem (Lei 13.140/2015)	456
25. Leis: Lei n 1.060/1950 Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil) Lei n 7.347/1985 Lei n 8.069/1990 Lei n 8.078/1990 Lei n 8.429/1992 Lei n 8.560/1992 Lei n 9.099/1995 Lei n 9.507/1997 Lei n 10.257/2001 Lei n 11.417/2006 Lei n 11.418/2006 Lei n 11.419/2006 Lei 5869/73 (Todas as leis mencionadas devem ser observadas suas respectivas atualizações)	459

DIREITO MATERIAL COLETIVO	463
1. Bens coletivos e relações grupais – Direito subjetivo: gênese, evolução, limites Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos Fundamentos constitucionais Indivisibilidade Uso comum sustentável Não exclusão dos beneficiários Racionalidade individual e racionalidade coletiva Conflituosidade interna Conflitos intergrupais Conflito entre o grupo e seus membros Conflito entre interesse individual e direito coletivo Conflito de paradigmas: coletivo x consequencialista Rede contratual Responsabilidade civil coletiva: prevenção e reparação	467
2. Direitos Humanos – Processos de luta: avanços e retrocessos Catálogo de direitos Distinção entre direitos civis e políticos e direitos econômicos e sociais Superação do modelo antropocêntrico Reconhecimento, respeito, reciprocidade, responsabilidade, redistribuição Teorias feministas e patriarcalismo Racismo Homofobia LGBT População em situação de Rua Ações afirmativas	471
3. Infância e Juventude – Princípios Proteção integral Prioridade absoluta Conselho Tutelar e Conselho de Direitos Papel da família, do Estado e da Sociedade Prevenção Política de atendimento Medidas de proteção Assistência Social	478
4. Idosos – Direitos fundamentais e princípios Autonomia, integração e participação social Política e instituições de atendimento Discriminação por motivo de idade Medidas protetivas Acessibilidade Atendimento preferencial Conselho do Idoso Conselho de Assistência Social	483
5. Pessoas com Deficiência – Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência Impedimentos, barreiras e acessibilidade Mobilidade Discriminação por motivo de deficiência Autonomia individual Igualdade de oportunidades Identidade Desenvolvimento pessoal com equidade Políticas de conscientização Conselho das pessoas portadoras de Deficiência	486
6. Educação – Educação infantil Educação básica Educação inclusiva Papel da família, do Estado e da sociedade Financiamento constitucional do Direito à Educação de Qualidade Transporte escolar Alimentação escolar FUNDEB Improbidade administrativa na educação	487
7. Saúde – SUS, saúde complementar e saúde suplementar Princípios da integralidade, universalidade, gratuidade e descentralização Normas operacionais e Pacto pela Saúde Financiamento da Saúde Programação Pactuada entre gestores Política Nacional de medicamentos Farmacovigilância Regulação assistencial Vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental Conselhos e Conferências de Saúde Plano Nacional de Atuação do Ministério Público em Saúde Pública (CNPQ, 2006)	488

8. Saúde mental – Reforma psiquiátrica Direitos básicos do portador de transtorno mental Papel da família, do Estado e da Sociedade Internação psiquiátrica Rede de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas no SUS Redução de danos	490
9. Consumidor – Objetivos, princípios e direitos básicos Responsabilidade do fornecedor Práticas Abusivas Proteção contratual Superendividamento Contratos eletrônicos Consumo sustentável	493
10. Meio Ambiente – Princípios Política Nacional do Meio Ambiente Água Fauna e flora Mineração Biossegurança Espaços protegidos Unidades de conservação Licenciamento ambiental Controle de agrotóxicos, produtos nocivos e tóxicos Resíduos sólidos Improbidade ambiental Políticas florestal e de proteção à biodiversidade em Minas Gerais	507
11. Habitação e urbanismo – Conflitos coletivos pela posse da terra rural e urbana Princípios e objetivos da política urbana Estatuto da Cidade Parcelamento do solo urbano Função social da propriedade e da posse Programas habitacionais de inclusão Direito de moradia – Plano Diretor e gestão democrática Imposições e restrições urbanísticas Parcelamento do solo urbano Acessibilidade e mobilidade urbanas Poluição visual Regularização fundiária	532
12. Patrimônio cultural – Processos culturais e processos ideológicos Imperialismo cultural Identidade, ação e memória Democratização do acesso aos bens culturais Instrumentos de proteção Diversidade étnica e regional Comunidades e práticas tradicionais Quilombos Esporte e lazer como forma de promoção social Estatuto do torcedor	540
13. Patrimônio público – Espaço público e participação Estado eficiente e administração gerencial Direito regulatório PPP, licitações e concessões Convênios e consórcios Poder de polícia e propriedade privada Legalidade administrativa Proteção da confiança Moralidade Publicidade Impessoalidade Improbidade administrativa ..	543
14. Súmulas e jurisprudência do STF e do STJ e legislação relacionada com os temas arrolados Disposições constitucionais pertinentes ao Direito Material Coletivo	553
DIREITO PROCESSUAL COLETIVO	555
1. Surgimento e evolução da tutela coletiva	558
2. Ondas renovatórias do acesso à justiça	558
3. Direito processual coletivo, conceito, princípios e institutos fundamentais	558
4. Institutos do direito processual coletivo	563
5. Ações coletivas como garantias constitucionais	563
6. Microsistema de tutela jurisdicional coletiva	563

SUMÁRIO

7. Espécies de ações coletivas	565
8. Representação adequada	565
9. Legitimidade coletiva ativa e legitimidade passiva	565
10. Pedido e causa de pedir nas ações coletivas	566
11. Provas no processo coletivo	566
12. Competência, litispendência, conexão e continência nos processos coletivos	567
13. Intervenção de terceiros nos processos coletivos	569
14. Decisões interlocutórias, Sentenças e acórdãos nos processos coletivos	570
15. Recursos nos processos coletivos	570
16. Responsabilidade pelas despesas processuais provisórias e definitivas	570
17. Coisa julgada coletiva	572
18. Liquidação da sentença coletiva Execução de sentença coletiva	574
19. Execução coletiva de títulos extrajudiciais	576
20. Fundos dos direitos difusos e coletivos	576
21. Ministério Público no direito processual coletivo	576
22. Compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais	576
23. Inquérito civil e recomendação	580
24. Ação civil pública (Lei n 7.347/1985)	581
25. Ação coletiva para a reparação de danos a direitos individuais homogêneos dos consumidores (Lei n° 8.078/1990)	588
26. Ação popular (Lei no 4.717/1965)	589
27. Mandado de segurança coletivo (Lei n 12.016/2009)	592
28. Mandado de injunção coletivo	593
29. Ação civil pública de improbidade administrativa (Lei n 8.429/1992)	593
30. Tutela processual coletiva no código de defesa do consumidor (Lei n 8.078/1990)	599
31. Tutela processual coletiva no estatuto da criança e do adolescente (Lei n 8.069/1990)	602
32. Tutela processual coletiva no estatuto do idoso (Lei n 10.741/2003)	604
33. Ação civil pública para a defesa dos deficientes (Lei n 7.853/1989)	605

34. Ação civil pública para proteção dos investidores no mercado de valores mobiliários (Lei n 7.913/1989)	606
35. Ação civil pública na prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica (Lei n 12.529/11)	607
36. Ação civil pública na defesa de outros direitos ou interesses difusos e coletivos	609
37. Súmulas e jurisprudências do STF e do STJ	613
38. Disposições constitucionais pertinentes ao direito processual coletivo	613
39. Tutela de urgência, tutela de segurança, tutela de evidência	613
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	619